

MANIFESTO DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL: AS LIÇÕES QUE DEVEM SER APRENDIDAS

PRISCILLA BARBOSA MARQUES DA SILVA*
SARAH FILGUEIRAS LACERDA**

PERCEBEMOS QUE A BUSCA DESENFREADA pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento. Porém, hoje, sabe-se que o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida.

Para Vasconcellos & Garcia (1998), desenvolvimento deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). Mas o que se observa são discrepâncias entre os indicadores econômico e social.

É notável o desequilíbrio entre a produção e a distribuição da riqueza no Brasil. A cada dia, cresce, neste país, o número de desempregados, jovens que perambulam pelas ruas sem um propósito de vida e com falta absoluta das condições básicas de sobrevivência. Vê-se, ainda, que a fome, principalmente entre os menores, tem crescido assustadoramente, até mesmo

* Graduada em Administração e aluna especial do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/UFBA). Pesquisadora do grupo de pesquisa em Administração Política da Escola de Administração da UFBA. E-mail: <priadm01@gmail.com>.

** Graduada em Administração, especialista em Gestão Empresarial pela FGV e aluna especial do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/UFBA). Pesquisadora do grupo de pesquisa em Administração Política da Escola de Administração da UFBA. E-mail: <sarahfilgueiras@yahoo.com.br>.

em países onde o capitalismo emergiu com força e dominação — a exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, depois da crise financeira de 2008.

Portanto, fica evidente que a desigualdade social, ainda nos dias atuais, é, de fato, uma mazela tanto no Brasil, assim como em outros países do mundo; notadamente, no continente africano. E temos a certeza desse mal não apenas por ver a realidade cruel nas mídias e, muitas vezes, ao nosso lado, como, também, a partir de pesquisas realizadas por Instituições de Ensino, que usam como parâmetros dados publicados em órgãos oficiais. Este problema da sociedade brasileira está presente e em crescimento, para o nosso desespero, fazendo milhares de excluídos, sem ao menos poder ter a chance de tentar uma vida digna, pois o que se observa é que uma minoria locupleta-se por meio da expropriação; enquanto a maioria das pessoas luta, incessantemente, pela sobrevivência.

A menor participação do Estado na Economia, na qualidade de agente de extrema relevância no processo de desenvolvimento econômico, parece ter acirrado, ainda mais, as desigualdades entre pobres e ricos, na maioria dos países, especialmente os periféricos, nas últimas décadas. No final dos anos 1980, sob patrocínio do Banco Mundial e do FMI, uma reunião de representantes do governo, técnicos de instituições públicas e economistas resultou num conjunto de regras conhecido como o Consenso de Washington. Dentre as regras estão a privatização das empresas estatais, a liberação do fluxo de capitais, a liberação do comércio exterior, a desregulamentação do mercado de trabalho, as reformas fiscais e previdenciárias. O pressuposto fundamental é que a aplicação desse conjunto de medidas seria suficiente para estabilizar a economia e promover o seu crescimento. Contudo, a experiência latino-americana demonstrou a falácia desse argumento. Não só as economias não se estabilizaram, como continuaram estagnadas.

Vê-se, então, que o século XX terminou com agudas crises financeiras, desde a do México, em 1994, até a Rússia, Malásia, Tailândia, Indonésia e Brasil. Ele terminou com o fim do ciclo expansivo dos Estados Unidos; e o século XXI iniciou-se com a recessão na economia americana, a estagnação instalada no Japão (há cerca de uma década), crise nos demais tigres e dragões asiáticos e crise aguda em vários países latino-americanos; sem contar o colapso da Argentina, e apenas a esperança de uma retomada da economia europeia, com a implementação do euro. Segundo análises, o desempenho da economia mundial, nas últimas décadas, está expressando movimentos diferenciados nos quais coexistem crescimento e estagnação.

Além disso, a crise financeira de 2008-2009¹ demonstrou que o sistema vigente, defendido pelos neoliberais, com o Estado afastado das principais decisões econômicas, não foi capaz de contornar o grande problema financeiro internacional que se precipitou com a falência do tradicional banco de investimento americano *Lehman Brothers*. Nesse mesmo sentido, cabe ressaltar as palavras de Martins (2009), quando afirma:

O fenômeno da globalização/mundialização, com base na sociedade do conhecimento/revolução da microeletrônica, que marca a história deste início de milênio, culminaria com a crise financeira mundial desencadeada a partir de setembro de 2008 com a quebra do centenário banco norte-americano Lehman Brothers. Com imediata repercussão por todo o planeta, o sistema financeiro mundial iria experimentar uma paralisação gradativa que atingiria também a nossa economia, interrompendo um fluxo de créditos externos equivalentes a 19% da oferta de então. Como efeitos imediatos desse fato a interrupção do crédito externo aos bancos nacionais resultou numa crise de liquidez e o início de uma recessão capitaneado no Brasil pelo setor industrial, recessão esta que alcançaria, respectivamente, -1,8 e -1,2% nos primeiro e segundo trimestres do ano de 2009, em relação a iguais períodos do ano anterior (Martins, 2009).

O mesmo autor, ainda, fala em um artigo “Globalização, redes, crise e políticas públicas” que as políticas brasileiras de reação a essa crise, hoje universalmente consideradas corretas, parecem traduzir a possibilidade de ruptura da fatalidade de uma ordem hierárquica de comunicação instantânea que o sistema financeiro mundial tecnoglobal impõe planetariamente. Nota-se que a ideia de Martins (2009) é que mesmo com a utilização, em nível elevado, dos “Sistemas de Informação”, através das redes da internet,

¹ No artigo “Crise internacional: os estragos de uma guerra”, publicado na revista *Desafios do Desenvolvimento*, do Ipea, consta que a crise financeira de 2008-2009 é considerada uma das mais devastadoras da história, porque nasceu no centro do sistema financeiro e econômico mundial e contaminou todo o sistema global. A origem está na tentativa dos mercados financeiros, desregulamentados e liberalizados, de valorizar seus recursos e ampliar riqueza, alimentado por sistema de crédito que alavancou um processo de euforia desenfreada. Informa, ainda, que observadores da economia global de fato comparam essa crise a uma enorme guerra. “Do ponto de vista das finanças públicas, essa crise tem a dimensão da Segunda Guerra Mundial. O impacto nos tesouros é brutal”, assim afirma Marcos Antônio Cintra, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no referido artigo.

as grandes corporações financeiras foram incapazes de deter a crise instalada em 2009.

O ponto positivo dessa crise pode ser observado no texto “Crise: oportunidade para pensar um sistema mais justo”, publicado na revista *Desafios do Desenvolvimento*, onde Paul Singer, titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho, afirmou no seminário *Crise como oportunidade*, realizado em agosto de 2009, na sede do Ipea, em Brasília, que a crise proporcionou uma “grande oportunidade” e que todos os governos do mundo simplesmente jogaram fora os ensinamentos da ortodoxia neoliberal e tiraram Keynes da naftalina. Isso para ele significa aumentar o gasto público e o crédito o máximo possível. E esclarece a oportunidade como sendo de outra agenda de prioridades. Para ele, a agenda anterior, dos “homens de negócios”, tinha como prioridade o controle inflacionário e o equilíbrio fiscal, e agora ganham relevância a agenda ecológica e a redução das diferenças econômicas e sociais.

Um dos atos de comunicação pública mais marcante na história social e na literatura de análises de discurso é o manifesto.² Seja mundialmente famoso como o *Manifesto comunista*,³ seja de âmbito local, endossando uma causa comunitária ou denunciando comportamentos, os manifestos dão o que falar.

Em uma sociedade marcada por desigualdades, torna-se fundamental a divulgação de textos como manifestos para alertar toda a população dos nossos direitos e deveres e de como fazer para mudar os destinos de uma determinada nação. A partir dessa finalidade, que ora fez surgir a criação do documento intitulado *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*, da autoria de Prof. Reginaldo Souza Santos, é que iremos, com enorme satisfação, analisá-lo, a fim de compreender melhor as suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Para isso, escolhemos fazer essa análise dividindo o Manifesto em dois momentos.

O Manifesto foi discutido no *Encontro da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*, entre os dias 7 a 9 de janeiro, na cidade

² Segundo Ferreira (1999), o manifesto é uma declaração pública solene das razões que justificam certos atos ou em que se fundamentem certos direitos políticos, religiosos e estéticos.

³ O Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels — teóricos fundadores do socialismo científico — foi publicado pela primeira vez em 1848, e é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial.

de Garanhuns, localizada no interior do estado de Pernambuco; participaram professores e pesquisadores renomados de algumas Instituições do Ensino Superior do Brasil, além de estudantes, representantes do poder público e da sociedade civil que estiveram presentes prestigiando o evento.

O primeiro momento consta das seções I a IV. Estas seções se complementam de forma expositiva e interrogativa, a fim de tratar os problemas de concepção da distribuição da riqueza equacionados erroneamente pelo Estado. Em seguida, no segundo momento, na seção V, encontram-se as ações de propor, e também dirigir, em que o objetivo é centrado em uma proposta caracterizada pela viabilidade mais adequada na distribuição do que vem sendo produzido. Apesar de em todo o Manifesto existirem as duas ações: expor e propor em um só tempo, observamos, nas seções acima citadas, maior frequência de uma das ações e, por isso, propomos esta separação metodológica.

Primeiro momento: o ato de observar, expor e explicar a realidade

Santos (2010) diz, no Manifesto, que o projeto para construir melhores condições de distribuição da renda e da riqueza deve ser, urgentemente, iniciado e que a sociedade, de um modo geral, deve ser advertida de que o problema não é o emprego que deixa de ser criado pelo mercado capitalista e sim o problema é o da distribuição da riqueza produzida socialmente.

É fato que, atualmente, determinados profissionais chegam a ganhar milhões de reais, ao passo que outros tentam viver com menos da metade do salário mínimo. E essa preocupação é revelada no documento, como pode ser observado no trecho abaixo:

Numa situação bem “menos” egoísta e hedonista, estão aqueles que, mesmo na labuta diuturna, não conseguem, sequer, alcançar a materialidade indispensável à sobrevivência da espécie humana. A segregação praticada pelo mercado e o alcance limitado das políticas voltadas para a proteção social têm aumentado o infortúnio e encurtado a temporalidade da existência de parcela ampla da raça humana (Santos, 2010, p. 7).

Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto Comunista, informam que o proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a

pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas. Já Santos (2010) irá basear a sua análise não na dominação de uma classe contra outra, mas na necessidade de mudar o método como está sendo feita a distribuição da riqueza, a fim de superar a materialidade e alcançar o estado de bem-estar de uma determinada sociedade.

No texto *Bases teórico-metodológicas da Administração Política* (2009), os autores já informam que o método utilizado para a finalidade de bem-estar da sociedade não é adequado. Santos critica, no Manifesto, que a metodologia precisa ser modificada, pois é ela que dificulta a erradicação da desigualdade social, porque, atualmente, fundamenta-se em uma situação de instabilidade, para estabilidade, depois crescimento econômico, desenvolvimento/distribuição e, por último, o bem-estar coletivo.

No entanto, o método escolhido pelos autores para que as transformações ocorram baseia-se na Administração Política.⁴ Este método é entendido a partir da noção de que para qualquer nível de renda (PQNR) tem-se uma dada política de distribuição/bem-estar coletivo; e caso a renda *per capita* não seja suficiente para garantir o acesso à materialidade desejável, desencadear-se-á uma ação para fazer elevar os índices de expansão da riqueza material; e, nessa condição, a política pública *stricto sensu* ganhará relevância e passará a ter o propósito verdadeiro de produzir, como finalidade, o bem-estar de todos.

O Estado pouco assume a responsabilidade plena em satisfazer as necessidades coletivas, ficando mais preocupado em tirar o capitalismo da crise, o que ocasiona a diminuição dos espaços para uma política pública distributiva. O Estado Brasileiro, entre 1930 a 1980, tinha uma gestão voltada para a expansão da riqueza promovida por meio de reformas focadas na industrialização do Brasil. De fato, o projeto-nação, concebido naquela oportunidade, cumpria o seu desiderato ainda que a distribuição não estivesse plenamente integrada à proposta de expansão da riqueza. A partir de 1980, a forma de conceber a gestão (Administração Política) foi modificada, passando a se preocupar fundamentalmente com o mercado, mais formalmente a uma dinâmica capitalista mundial, que, desse instante em diante, redefine os termos da relação centro-periferia.

⁴ A Administração Política é entendida para Santos (2009) como a gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição tendo o Estado como o principal protagonista.

Toda essa lógica de gestão foi concebida através da doutrina neoliberal, implementada a partir da década de 1970. O pensamento neoliberal surgiu pouco depois da Segunda Guerra Mundial, como oposição crítica ao pensamento intervencionista (keynesiano)⁵ que se consolidava nas práticas políticas dos governos norte-americano e europeu. Essa reação teórica e política fundamenta-se, principalmente, nas contribuições do economista austríaco Friedrich August von Hayek, em seu livro *O caminho da servidão*, de 1944, e do norte-americano Milton Friedman, com a sua obra *Capitalismo e liberdade*, de 1958, que atacavam, veementemente, toda e qualquer intervenção do governo na economia e se caracterizava pelo apego às liberdades individuais, sobretudo no livre mercado e da inviolabilidade da propriedade privada, intensa competição social e a visão do Estado como mal necessário, que deve ser reduzido ao mínimo. O neoliberalismo era, então, uma reação ideológica aos mecanismos de intervenção estatal, principalmente os que pretendiam a planificação da economia e a implementação de direitos sociais e coletivos, que prevaleceram no século XX.

E fazendo uma crítica, no Manifesto, ao setor intelectual, Santos informa que por meio das suas interpretações tendenciosas realizadas por economistas na produção do conhecimento é que o neoliberalismo ganhou força e dominação. Para ele, os intelectuais apresentaram abordagens informando, por exemplo, a existência da crise keynesiana, que, para o autor, isso não procedeu.

Desse modo, como forma de neutralizar os problemas, a compreensão do autor gira em torno da Administração, pois, para ele, os administradores têm a tarefa de fazer análises, como também de propor mudanças; segundo ele, o diagnóstico dos problemas existentes vem sendo dado por economistas que no seu entendimento têm a tarefa de apenas informar o que fazer, porém o como fazer é de responsabilidade do administrador. Com isso, o autor chama atenção dos administradores para assumirem a responsabilidade de concepção da gestão para se chegar à finalidade.

⁵ O pensamento keynesiano ganhou destaque com o livro *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936, do economista britânico John Maynard Keynes, que defendia uma política econômica de Estado intervencionista, por meio da qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos — recessão, depressão e booms.

Segundo momento: o ato de propor e dirigir

Como o problema é de gestão, neste segundo momento, o autor descreve a sua proposta, ou seja, o como fazer para que o desenvolvimento seja alcançado e a sociedade brasileira possa o quanto antes ter o bem-estar pleno.

Santos (2010) propõe na *epistemologia da sua proposta* que a política social seja o ponto de partida, particularmente na versão Construção Civil, porque, para ele, resolveria o problema que mais está angustiando a sociedade brasileira: a desigualdade distributiva, agravada pelo desemprego. Porém, faz-se necessário, segundo o autor, a recuperação de toda a capacidade instalada da administração pública brasileira — escolas, postos de saúde, hospitais, estradas e a desfavelização das cidades. Em seguida, viria a segunda etapa do processo contínuo que tem como propósito a elaboração de um Projeto para o Brasil, que contempla as políticas estruturantes como: política agrária, agrícola, industrial, infraestrutura, urbana, ambiental, científica e tecnológica e, por fim, uma política de reestruturação administrativa do Estado brasileiro.

Nesse sentido, ele justifica o fato de ter escolhido a construção civil como política social iniciante e não a educação. Apesar de esta ser a base para se alcançar o desenvolvimento de qualquer nação, ele revela que as estatísticas têm mostrado que ampla maioria da população brasileira não tem as condições físico-biológicas para a aprendizagem. E, com isso, defende que com o programa de construção civil atuante, a realidade mudaria positivamente, além da necessidade da existência de outros programas sociais integrados ao da habitação, começando com a saúde coletiva e individual. Sendo assim, a visão do autor prioriza o pleno funcionamento das condições primárias: esgotamento sanitário e água potável.

Portanto, na *Justificativa da sua proposta* (Santos, 2010, p. 17), o autor afirma que “esse pode ser o caminho mais viável a médio prazo, menos oneroso no que se refere a custos e menos comprometedor da política de estabilização”.

O autor do Manifesto chama a atenção a respeito do furor que se tem pelo novo e que, por conta disso, mesmo que o velho não esteja funcionando com sua plena capacidade, amplia-se a capacidade de oferta pela instalação de uma nova unidade de produção. Diante disso, configura-se o que entendemos como desperdício. Logo, o primeiro princípio da Administração Política enunciado no texto *Bases teórico-metodológicas da Ad-*

ministração Política: “só construir o novo depois de desfrutar plenamente do que já existe” (Santos, Ribeiro & Chagas, 2009, p. 36) é afirmado em outras palavras, como pode ser observado na passagem abaixo:

Para evitar essa torpeza no gerenciamento da coisa pública, sugerimos que o novo só deve ser construído depois que o velho estiver em pleno funcionamento: só se deve construir uma nova escola quando as existentes estiverem em pleno funcionamento; só se deve construir um novo posto de saúde quando o antigo estiver em atividade plena; só devemos construir uma nova estrada quando a estrada atual estiver em plena condição de tráfego (Santos, 2010, pp. 17-8).

No campo das *ações para viabilizar a Proposta*, é sugerido, no Manifesto, o levantamento da demanda social (Primeira Fase) de escolas públicas, hospitais e postos de saúde, das estradas, incluindo as vicinais. Esta análise serviria para que a gestão pública atuasse sem desperdício, pondo em prática o primeiro princípio.⁶

Logo em seguida, propõe-se implantar a segunda fase do projeto contemplando as políticas estruturantes, entre elas a política científica e tecnológica — que contém o programa de educação —, inaugurando, assim, um processo libertador e libertário dos destinos da sociedade brasileira. Conceber as formas de gestão desse processo é, segundo o autor, uma tarefa reservada à Administração Política.

Considerações finais

Ainda constam informações relevantes no documento criado no decorrer do Encontro chamado de *Carta de Garanhuns: Uma Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*. Esta carta foi distribuída, juntamente com o Manifesto, para os governantes públicos brasileiros,⁷ escl-

⁶ Com esse propósito, atualmente, na Escola de Administração da UFBA, por meio do grupo de pesquisa em Administração Política, existem projetos de pesquisa encaminhados à instituições de financiamento de pesquisa — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), a fim de fazer a análise proposta acima e poder constituir, na prática, o Projeto Nação.

⁷ Após o Encontro de Garanhuns, houve um esforço do Prof. Reginaldo Souza e sua equipe de trabalho para encaminhar o Manifesto e a carta de Garanhuns para os dirigentes públicos brasileiros: presidente da República, todos os senadores e deputados federais do

recendo que a Administração é um conhecimento de natureza política, ideológica, propositiva de ações transformadoras da sociedade e condutoras do desenvolvimento, com um olhar transdisciplinar, crítico, histórico e cultural da dinâmica social.

O Manifesto é um documento que serve como bússola para se chegar ao desenvolvimento de um país e para os que acreditam ser necessária uma transformação, de modo que os cidadãos possam viver em melhores condições de vida. Nota-se, portanto, que o ponto importante tratado pelo autor foi a mudança do método com o intuito de alcançar o objetivo principal: o bem-estar da sociedade brasileira.

É compreendida, no Manifesto, a viabilidade e a necessidade histórica de uma superação da Administração em assumir a sua responsabilidade de como fazer a melhor gestão das relações sociais de produção e distribuição. Existe uma programação lógica nos conteúdos, de caráter político, teórico e, sobretudo, crítico, que aponta para uma civilização do futuro, libertada dos males históricos e ideológicos decorrentes do sistema capitalista.

Keynes já tinha uma preocupação com o futuro das gerações posteriores, quando, no seu ensaio *As possibilidades econômicas dos nossos netos* (1984) revela-se um otimista, pois acredita que, ainda em sua época, deverá desmistificar a interpretação errônea que tornam as pessoas cegas para o que está acontecendo sob a superfície e somente enxergando, por exemplo, o equilíbrio econômico e afirma que o objetivo dele no ensaio não é de examinar o presente ou o futuro próximo, mas desembaraçar de visões curtas e levantar voo, mesmo pretendendo, naquela época, tirar o capitalismo da crise que estava mergulhado, após a depressão de 1929.

Da análise do Manifesto, podemos concluir que suas lições devem ser aprendidas o quanto antes e, desse modo, verificamos que o seu objetivo foi realizado com méritos, pois articulou, ao mesmo tempo, o pensar e o agir (por meio da contribuição da Administração Política) trajetórias diferentes a fim de alcançar, o mais breve possível, o bem-estar da sociedade brasileira.

Congresso Nacional, governadores dos estados e Distrito Federal e prefeitos das capitais, presidentes de tribunais de justiça dos estados, presidentes dos tribunais superiores, presidentes das empresas estatais federais brasileiras, todos os vereadores de Salvador e todos os deputados estaduais da Bahia; e, por fim, a todos os candidatos a presidente do Brasil — eleições 2010. Alguns desses interlocutores já enviaram seus comentários, ficando para nós — povo brasileiro — uma enorme esperança de melhoras do nosso futuro, sobretudo, para as gerações posteriores que necessitarão de um mundo mais justo.

Referências

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Série Os Economistas).
- HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- KEYNES, John Maynard. *As possibilidades econômicas de nossos netos (1930)*. In: Tamás Szmrecsányi (org.). Keynes. São Paulo: Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- . *A teoria geral do emprego, juro e moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. Globalização, redes, crise e políticas públicas. 2.º Congresso Nacional de Administração Pública: Projectos de Mudança, Instituto Nacional de Administração — INA, Lisboa, 3 a 4 de novembro de 2004.
- MAX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 (Coleção Leitura).
- SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *Administração política como campo do conhecimento*. 2.^a ed. Salvador-São Paulo: FEAUFBA-Hucitec-Mandacaru, 2009.
- . *Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil*. (Garanhuns, PE). Salvador, janeiro de 2010.
- SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos & CHAGAS, Thiago. Bases teóricas-metodológicas da Administração Política. *Revista Brasileira de Administração Política*. Salvador, vol. 2, n.º 1, pp. 19-43, abr. 2009.
- VASCONCELOS, Marco Antonio S. & GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- VIEIRA, Andrea. Crise internacional: os estragos de uma guerra. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Ipea, ano 6, n.º 54, pp.70-7, edição especial, set.-out. 2009.
- . Crise: oportunidade para pensar um sistema mais justo. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Ipea, ano 6, n.º 54, p. 83, edição especial, set.-out. 2009.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as principais contribuições do documento intitulado Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil, elaborado pelo professor doutor Reginaldo Souza Santos, a partir de sua visão acerca da natureza política e da gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição, inerentes à Administração, e que foi discutido no Encontro de Garanhuns-PE. Para tanto, apresentam-se expostos dois momentos, com base nos

aspectos do documento. O primeiro trata do ato de observar, expor e explicar a realidade; o segundo diz respeito ao ato de propor e dirigir que se fundamenta baseado na sua proposta.

Palavras-chave: Manifesto; Administração Política; Desenvolvimento.

Abstract

This article aims to analyze the main contributions of the document entitled Manifesto of the Policy Administration for the Development of Brazil, prepared by Professor Dr. Reginaldo Souza Santos from his vision about the political nature and the management of the social relations of production, realization and distribution that are inherent in the Administration and that was discussed at the meeting in Garanhuns-PE. For this, two moments are exposed here which were based on the aspects of the document. The first deals with the act of observing, exposing and explaining the reality and the second relates to the act of proposing and directing that is established with the base on its proposal.

Keywords: Manifesto; Political Administration; Development.